

UMA CASA NO LARGO DA SÉ: DISSENSÕES ACERCA DO VALOR ARQUITETÔNICO DO HOSPITAL DA CARIDADE EM BELÉM, PARÁ, BRASIL

A HOUSE IN SÉ SQUARE: DISSENSIONS ABOUT THE ARCHITECTURAL VALUE OF THE CHARITY HOSPITAL IN BELÉM, PARÁ, BRAZIL

Cybelle Salvador Miranda, Ronaldo Marques de Carvalho, Beatriz Trindade de Oliveira Lobato

Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural; Universidade Federal do Pará

cybelle1974@hotmail.com – ORCID | 0000-0001-5913-989X; romarca@ufpa.br – ORCID | 0000-0002-0076-9966;

beatriztlobato@gmail.com – ORCID | 0000-0002-1674-3023

RESUMO

O Hospital Bom Jesus dos Pobres Enfermos foi erigido pelo Frei Caetano Brandão, tendo em vista a necessidade de acolhimento da população desvalida. O Hospital de Caridade possuía estrutura simples em contraste aos modelos coetâneos, mas realizava o cumprimento eficaz de sua função. Apesar de ter sido construído para ser um hospital, o Bom Jesus não possuía tipologia típica destes estabelecimentos, podendo ser equiparado às Misericórdias portuguesas, as quais raramente erigiram construções de raiz, pois instalavam-se em prédios preexistentes. Durante o período em que esteve sob diversas posses, o edifício passou por significativas modificações, o que, em conjunto com a escassez de documentação, contribuiu para o seu desaparecimento. Com o intuito de contribuir para a ativação da memória social a respeito dos edifícios assistenciais, propõe-se uma reconstituição gráfica da fachada do hospital, bem como de seus vizinhos, estimulando o entendimento destes enquanto patrimônio da saúde e da cidade de Belém.

PALAVRAS-CHAVE

Hospital Bom Jesus dos Pobres Enfermos | Arquitetura da Saúde | Tipologia | Belém | Pará

ABSTRACT

The Good Jesus of the Poor Infirm Hospital was built by Friar Caetano Brandão, in view of the need to receive the underprivileged population. The Charity Hospital had a simple architecture in contrast to the contemporary models, but performed its function effectively, it is noteworthy that although it was built to be a hospital, the Good Jesus Hospital did not have a typical typology of these establishments, and can be compared to Portuguese Mercy Houses, which rarely erected buildings from scratch, as they settled in pre-existing buildings. During the period it was under various possessions, the building underwent several modifications, which, together with the scarcity of documentation, contributed to its disappearance. In order to contribute to the activation of the social memory about the care buildings, it is proposed a graphic reconstruction of the hospital façade, as well as its neighbors, stimulating their understanding as a health and city heritage.

KEYWORDS

Good Jesus of the Poor Infirm Hospital | Health Architecture | Typology | Belém | Pará

INTRODUÇÃO

Dom Frei Caetano Brandão nasceu na Comarca de Estarreja, em Portugal, em 1740. Religioso da Ordem Terceira da Penitência, relacionado aos padres franciscanos, foi indicado bispo do Grão-Pará por D. Maria I, chegando ao Brasil em 1782. Tomou posse no ano seguinte, e frente à situação que encontrou, em que a pobreza e o abandono predominavam, decidiu partir em busca de contribuições financeiras para lhe auxiliar. Realizou visitas pastorais e percorreu a cidade solicitando esmolas para os moradores, pedindo, inclusive, materiais construtivos e força de trabalho a quem pudesse assisti-lo. Como dito no ofício encaminhado ao Ministro Martinho de Melo e Castro, em 1783 (Arquivo IHGB *apud* Costa, 2006: 60): "(...) depois de assinar em hu papel o meo nome com a quantia de cem mil reis, rezolvi eu mesmo pedir esmolla pelos moradores da Cidade. Com effeito Deus mostra que abençoa as minhas intenções (...) e já comprado por setecentos e cincoenta mil reis hu sitio o mais próprio p^o hospital por ficar sobre o rio, e com algum principio do Edificio. Espero receber outras porçoens avultadas não so de dinheiro, mas também de pedra, cal, madeira, trabalhadores &^a, com o que julgo porei o estabelecimento em figura de abranger ate cem enfermos".

O edifício foi erguido com auxílio de um engenheiro, colocado à disposição de Frei Caetano pelo Governador, além de mão de obra ofertada pelas famílias abastadas da cidade. Após dois anos de trabalho, o hospital foi inaugurado em 25 de julho de 1787, Dom Frei Caetano conduziu a diocese até 1790.

Em 1807, o edifício foi incorporado à Santa Casa de Misericórdia, da qual foi sede até 1900, local de onde foram administrados o Hospício dos Lázaros do Tucunduba, o Hospício dos Alienados (depois chamado Hospital Juliano Moreira), o Hospital de Isolamento (depois chamado Hospital Domingos Freire), bem como os cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Isabel (Miranda *et al.*, 2015).

Foi durante esse período que o hospital serviu de auxílio para o tratamento de epidemias, e acolhimento de doentes. Em 1850, através de embarcações, chega à cidade a febre amarela, sobrecarregando o hospital que realizava assistência pública, logo cinco anos depois, há o período de epidemia

da *cholera-morbus*. Na década de 70 do século XIX também foi fundamental para a internação dos contaminados com varíola, dentre os quais destacam-se os migrantes nordestinos que, ao buscarem os seringais da Amazônia, contraíam a doença, obtendo assistência do governo e cuidados no Hospital Bom Jesus dos Pobres, como relatado no Relatório Provincial (18 mar. 1889: 52-57). Além de ser o primeiro hospital a abrigar doentes mentais no Pará.

Em razão das poucas fontes de documentação oficiais acerca deste hospital, pouco se pode afirmar sobre seu percurso e suas modificações, o escasso material encontrado é composto de notícias de jornais. Esses periódicos concentram-se em relatos sobre pessoas encaminhadas às suas enfermarias, porém também referem orçamentos, prestações de contas e chamadas para obras no hospital.

No início da década de 70 do século XIX há um repasse de verbas para obras na sua enfermaria especializada para enfermos com febre amarela, além disso, a varíola continua a preocupar os habitantes de Belém. Portanto, segundo o Jornal do Pará (21 set. 1873: 1), diante dessa situação, a Santa Casa consegue permissão para vender alguns de seus bens com o intuito de arrecadar fundos para um novo cemitério e compra do edifício próximo ao hospital para sua expansão. Informação confirmada pelo jornal Província do Pará (15 fev. 1874, p. 80 *apud* Alves e Araújo, 2011: 3), o qual afirma que o tratamento dos doentes era deficiente, devido à falta de espaço para as enfermarias especiais, sendo vital a aquisição do prédio de propriedade particular contíguo ao hospital, que na presente data já havia sido autorizada.

Encontram-se relatos de intenções para reformas menores também, como o chamamento para execução de arremate de janela com gradil de ferro e trapeira no pavimento superior do hospital, em 1873, o qual não há comprovação de que tenha sido executado. Na segunda metade desta década, os jornais descrevem instalação de novas enfermarias, além das dificuldades financeiras atravessadas pelo hospital. No jornal A Constituição (1876: 2) é afirmado que a existência deste hospital se justificava apenas pelo seu trabalho de caridade, em razão da sua condição, como também expõe que o hospital funcionava em di-

versos prédios particulares, em salas alugadas, pela necessidade de receber um grande número de doentes, inclusive, dois anos depois, é relatada conclusão de obras do alojamento situado no Forte do Castelo, destinado a retirantes nordestinos, transformando-a em enfermaria para o seu acolhimento. Neste mesmo período tentava-se, com bastante dificuldade, concluir as obras de um novo hospital, porém havia custos e atrasos para sua realização.

Mediante este cenário, e com a criação de várias enfermarias especiais, seja por doenças epidêmicas, como também em casos de indigentes e presos com condições financeiras parcas, eram constantes as recomendações do Presidente da Província de modo a diminuir a quantidade de doentes nas enfermarias. Logo, ao estabelecer medidas higiênicas, essas abrangiam a necessidade da vacinação, cuidados quanto ao enteramento de contaminados com as principais doenças que assolavam a cidade, especialmente a varíola, afirmava a necessidade de enfermarias específicas em cada distrito, além da higienização das cidades, limpando-se sujeiras deixadas nas ruas e no cais.

Até esse momento, quem trabalhava no hospital eram escravos, porém, em 1883, possibilitou-se a vinda das Irmãs de Sant'ana, da Itália, as quais poderiam também prestar auxílio religioso aos enfermos.

Após a inauguração do conjunto arquitetônico da Santa Casa, no bairro do Umarizal, em 1900, o hospital antigo foi inutilizado, permanecendo fechado, até posteriores aquisições de seu edifício, deixando de lado sua função hospitalar. Em 1935 o edifício foi adquirido pela Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, Cooperativa Agrícola que foi criada alguns anos antes em Tomé-Açú, e nesse momento vinha para Belém. Eugênio Leitão de Brito (1997: 56), em suas memórias da Cidade Velha, relata: "Ainda na Praça da Sé, logo adiante do Hospital Militar, era sede e porto de desembarque da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil que tinha a parte agrícola em Tomé-Açú, de onde vinha semanalmente para Belém

uma lancha carregada de repolhos e outros hortícolas que eram descarregados e vendidos nesse porto da empresa. Foi essa companhia que teve como fundador o Dr. Fukuara (não sei a grafia exata) que promoveu a vinda para o Pará dos primeiros emigrantes japoneses (...). Foi liquidada por ocasião da guerra 1939-1945 (...). A Companhia esteve em posse deste edifício, ainda que não o efetivamente utilizasse, até 1957, quando o imóvel foi desapropriado pelo Ministério de Guerra. Pelo Decreto nº 39.131, de 4 de maio de 1956, o Ministério afirma tal imóvel ser-lhe necessário, e o destina ao Estabelecimento de Subsistência da 8ª Região Militar".

Brito descreve a cidade em seus diversos percursos históricos, ao retratar a importância do Largo da Sé, então Praça D. Frei Caetano Brandão, como local histórico da cidade e fundamental para sua expansão, cita que "do outro lado fica uma construção secular que já teve diversas finalidades e presentemente é ocupada por uma unidade militar" (1997: 59).

Alguns anos depois, em 1963, o historiador Leandro Tocantins pede o tombamento do antigo Hospital de Caridade, com o intuito de preservá-lo de maiores descaracterizações de sua arquitetura primária, tendo em vista que até então o edifício já havia sofrido diversas modificações. O processo de tombamento segue, sendo necessário uma averiguação do estado do interior do edifício, tendo em vista a falta de documentação relativa ao hospital, relata-se que se o interior não for de interesse a preservação, o tombamento paisagístico da Praça já lhe conferiria proteção suficiente, não sendo necessária uma inscrição individual. Apesar do tombamento do conjunto da Praça D. Frei Caetano Brandão no ano seguinte, em razão da dificuldade para encontrar documentação do edifício, o processo foi esquecido, sendo lembrado apenas em 1997, quando, porém, a edificação já havia sido demolida. No local foram construídos armazéns de abastecimento militar, com estilo inadequado ao sítio, e atualmente neste espaço há um chafariz, o qual faz parte do conjunto paisagístico da Casa das Onze Janelas.



Fig. 01. Localização atual do sítio onde se estabeleceu o Hospital de Caridade e edifícios adjacentes (fotografia autores, 2019).

O HOSPITAL DA CARIDADE E A ICONOGRAFIA

O Hospital Bom Jesus dos Pobres, também conhecido como Hospital da Caridade, situava-se na Rua Siqueira Mendes, em frente ao Largo da Sé, atual Praça Frei Caetano Brandão, e de costas à Baía do Guajará. Estava enquadrado no que hoje se denomina Complexo Feliz Lusitânia, no qual se encontra a Catedral de Belém, a Igreja de Santo Alexandre

e Museu de Arte Sacra, a Casa das Onze Janelas e o Forte do Presépio. No local onde se encontrava o hospital e outros edifícios vizinhos, os quais também foram demolidos, há uma pequena praça que permite a visualização do rio. No mapa abaixo, o espaço ocupado pelo hospital está marcado em vermelho.



Fig. 02. Indicação no mapa da localização do Hospital de Caridade (Google Maps, adaptada pelos autores).

O Hospital de Caridade enquadrava-se no estilo colonial, era um edifício que se localizava contíguo a outras edificações, não possuindo afastamentos laterais ou frontal. O nosocômio apresentava três pavimentos, sendo o primeiro composto por uma porta e quatro portas-janela com duas folhas e um gradil. O segundo pavimento possuía cinco janelas de púlpito com guarda-corpo gradeado, esquadria em madeira com duas folhas, trabalhadas com almofadas e vidro, encimadas por bandeira também de madeira e vidro, em arco abatido, com moldura contornando o vão. O terceiro pavimento era composto por cinco janelas de duas folhas de abrir, esquadria de madeira com vidro em cada folha, com bandeira de mesmos materiais e dividida em três partes, também em arco abatido, com verga e moldura. Apresentava uma cimalha ornada contínua pela fachada, que separava o corpo da edificação da platibanda, a qual possuía três losangos em relevo, sendo o central maior; continha também uma elevação da platibanda em forma trian-

gular, com um triângulo em relevo em seu interior. A platibanda estava ornada por acrotérios: dois pináculos piramidais e estátuas.

Com relação ao espaço interno, a porção central da edificação compreendia um corpo retangular, com pequeno pátio, em nível mais baixo que as fachadas frontal e posterior, e por fim, sua parte edificada voltada ao rio, adquire elevação semelhante a fachada principal, cuja data 1864 encontra-se gravada sob a cornija. Acredita-se que se sucedeu em razão das epidemias e necessidade de mais enfermarias nos hospitais da cidade, sendo construído, inclusive, um trapiche para recebimento de mercadorias pelo rio. A sua arquitetura diferenciava-se por maior simplicidade, com vãos todos semelhantes, cujo emprego de arco pleno pode indicar a assimilação de traços do classicismo imperial brasileiro, vigente na segunda metade do século XIX.



Fig. 03. À esquerda, o prédio do Hospital Bom Jesus dos Pobres, em frente à Praça Frei Caetano Brandão (PARÁ, SECULT, 2006, p. 167, adaptada pelos autores).



Fig. 04. Fachada posterior do Hospital Bom Jesus dos Pobres, voltada para o rio (Acervo Iconográfico IPHAN).

A iconografia referente ao Hospital é restrita, o que dificulta a compreensão e redesenho de suas plantas. Ainda que sejam demasiadamente escassas as imagens do interior do edifício, Antônio Baena, em seu livro *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, descreve o Hospital, a seguir um trecho (2004: 196): "(...) No primeiro pavimento do quadrado da frente sobre o qual levantaram os dois sobrados está a casa, que se destinou para a bofeca, e o corredor da entrada: no segundo pavimento a sala do consistório dos Irmãos da Caridade, e a casa do cofre: e o terceiro é todo uma sala. No primeiro pavimento do quadrado da espalda do edifício duas casas desiguais para enfermarias quando

seja preciso, uma galeria, com pilares e balaústres de madeira, e latrina de fácil escoamento e com vestíbulo entre as portas: debaixo deste pavimento há outro todo lajeado, onde se acha a cozinha e aposentos dos escravos com janelas e portas para um cais de cantaria com escada: no segundo pavimento há uma sala e outra menos larga, ambas para enfermarias sendo preciso, galeria igual à debaixo, e latrina. O primeiro pavimento do paralelogramo, que une os dois referidos quadrados, é uma enfermaria assoalhada de taboas até a coxia, da qual o soalho é de ladrilho: o segundo é uma grande casa e galeria, para a qual guiam duas escadas largas reunidas em um tableiro de sacada, uma que

principia na contigüidade da cancela da garrida fronteira à porta da entrada do hospital e a outra da parte oposta. A dita grande casa é uma enfermaria, que tem vinte e um cubículos sem porta, mas que se fecham com cortinas de lençaria da Ásia, e suficientes cada um para conter o leito: e tem no fim da coxia um altar com retábulo de talha dourada e contornado de uma balaustrada: esta enfermaria tem saída para o consistório, para as casas da parte que olha para o mar, e para a galeria do patim por duas portas, uma correspondente ao centro da enfermaria, e a outra defronte do lado direito do altar. A enfermaria das Mulheres é no terceiro pavimento do quadrado da frontaria: a ela se vai por uma escada que da galeria do patim se dirige por cima da casa do cofre. Nesta mesma enfermaria há uma janela coberta com gelosia, da qual assistem as enfermas à missa, que se diz no sobredito altar”.

Quanto ao exterior, novamente a maior modificação percebida foi durante seu uso pelo Ministério de Guerra, detectáveis em sua fachada: em um período a cor de fundo aparenta ser mais escura, enquanto que as molduras das portas e janelas se destacam em cor mais clara, além do nome presente no edifício, “Estabelecimento de Subsistência”. Em outro registro, nota-se uma adição de cor em parte do primeiro pavimento, enquanto o restante apresenta-se mais claro, assim como o novo uso foi escrito na fachada, desta vez tem-se “Estabelecimento Regional de Subsistência 8º RM”, os elementos restantes, como as esquadrias, vãos, gradil e platibanda, não foram modificados.

Considerando as imagens disponíveis e as descrições, depreende-se que, aquando da posse do edifício pela repartição militar, pouco restava do antigo hospital, que não fosse a sua fachada.



Fig. 05. Estabelecimento de Subsistência [Disponível em https://fragmentosdebelem.tumblr.com/post/89595588095#disqus_thread. Acesso em 02/09/2019].



Fig. 06. Estabelecimento de Subsistência da 8.ª Região Militar (Acervo Iconográfico IPHAN).

CASA DE CARIDADE ENQUANTO ARQUITETURA ASSISTENCIAL

Pode-se afirmar, a partir de descrições, que o Hospital do Bom Jesus dos Pobres, diferente de outras edificações hospitalares de sua época, não possui um desenho típico para sua função, uma vez que o partido geral e a disposição do edifício no terreno não se enquadravam nos modelos claustral nem tampouco no pavilhonar. Arthur Vianna (1992: 79) o descreve como “uma grande casa, vasta, bem iluminada e ventilada”, no acervo iconográfico do IPHAN encontra-se nomeado como imóvel à Praça Frei Caetano Brandão, mas é Leandro Tocantins que desenvolve o título de Casa de Caridade. A partir disso pode-se equiparar tal edificação com as Casas de Misericórdia portuguesas, apesar de o mesmo não ter sido originalmente construído por esta irmandade.

As Confrarias da Misericórdia, em sua origem, necessitavam de um espaço para exercerem suas

obras de caridade, de modo que a construção de raiz era adiada frente a urgência da realização de suas atividades, logo, raramente a instituição de uma Misericórdia coincidiu com a construção de uma edificação. Pinho (2012: 198) conceitua Casa de Misericórdia como “um conjunto arquitetônico composto por vários espaços essenciais ao desenvolvimento da atividade assistencial promovida pelas Confrarias da Misericórdia e à própria gestão das confrarias”, assim sendo, independentemente do local escolhido, era fundamental que o edifício associasse diversos espaços, para assistir aos doentes, realização de cerimônias litúrgicas, reunião de seus membros, entre outros que surgiam conforme a complexidade da Casa, podendo ocorrer a posterior adequação do edifício, não necessariamente a construção de um novo próprio a sua função. Segundo Pinho (2012: 169), a primeira alteração realizada era a edificação de

altares, apesar da laicidade da instituição. As Casas da Misericórdia instalaram-se, no período de sua fundação, em catedrais, conventos, igrejas, capelas, casas, hospitais, sejam de grandes ou pequenas dimensões, como também em edificações civis, como casas particulares, Casas da Câmara, entre outros.

Este ideal correlaciona-se ao de Frei Caetano Brandão, cujo objetivo era prestar assistência aos doentes e desvalidos presentes em Belém, o Hospital de Caridade foi concebido de modo que o edifício pudesse comportar os espaços necessários ao cumprimento de sua função. Segundo descrição de Antônio Baena (2004: 196) o hospital possuía botica, sala de consistório, casa do cofre, galerias, cozinha, aposento para os escravos que auxiliavam no cuidado aos doentes, enfermarias e um altar, no qual se realizam missas e celebrações, porém afirma que o edifício era de trivial arquitetura, reiterando o enfoque de Frei Caetano a realização desse hospital.

Um aspecto importante a referir é que, no Brasil, há uma forte presença da religião em suas instituições de caridade, sendo que, após o período de uso da mão-de-obra escrava nesses espaços, houve a migração de religiosas ao território brasileiro, principalmente da Itália ou da França, para prestar auxílio aos doentes e desvalidos. Para Belém vieram as Irmãs de Sant'ana, como já mencionado, sendo responsáveis, segundo Miranda e Pinho (2018: 680), "por preencher as lacunas nos serviços hospitalares das Misericórdias como limpeza das enfermarias e ajuda na superlotação, bem como na cura das almas".

Em um segundo período, do século XIX até o início do XX, com a extinção das Ordens Religiosas, as reformas do Liberalismo e implantação da República, há uma renovação do processo de ocupação de edificações preexistentes pelas Misericórdias. Em especial dos edifícios das Ordens, devido as suas dimensões, foram altamente requisitados para a instalação de seus serviços. Pinho (2012: 173) afirma que "num movimento que não conhece geografia específica, várias Misericórdias vão ocupar, por compra, troca ou doação, igrejas e casas conventuais que no contexto da extinção das Ordens Religiosas, vão sendo abandonadas, ficando devolutas e perdendo a sua funcionalidade inicial".

Com isso, pode-se inferir que, para as Confrarias, a existência de um espaço era mais importante que

suas características e função anterior, ou seja, não demandavam características específicas para que um local fosse ocupado.

Desse modo, para as Casas de Misericórdia, assim como para o Hospital Bom Jesus dos Pobres, a arquitetura, enquanto fator de proeminência e identidade, é pouco relevante, enquanto as ações caritativas e as condições adequadas ao seu desenvolvimento são fatores determinantes, o que é evidenciado pelas sucessivas mudanças de ocupação e remodelação realizadas pelas Misericórdias, e pelas descrições que narram, por vezes de forma negativa, a simplicidade do Hospital de Caridade em relação a outras edificações da sua época, demonstrando despreço à sua arquitetura.

A partir disso, pode-se fazer um paralelo entre as características estético-artísticas das Confrarias com o Hospital de Caridade. As Casas de Misericórdia apresentam particularidades inerentes a sua instituição, com enfoque na configuração de sua fachada principal. Segundo descreve Pinho (2012: 302) as fachadas dos edifícios das Misericórdias refletem a realidade de conjunto arquitetônico, de tal modo evidencia uma tendência a uma fachada composta por vários corpos, ou seja, cada corpo corresponde a uma parte da edificação. Essa diferenciação se apresenta por elementos como pilastras, cornijas, volumes, obras de épocas diferentes, ou até estar fisicamente separados. Podendo haver também elementos que reforcem a ideia de conjunto, atribuindo certa homogeneidade à fachada. Essa especificidade das Casas da Misericórdia pode ser correlacionada à fachada do Hospital Bom Jesus dos Pobres, no qual há uma diferenciação entre os vãos presentes no edifício, principalmente relacionados ao tipo e tamanho das janelas, o que evidenciava cada um dos pavimentos, assim como as esquadrias que se assemelham, mas não são exatamente iguais. Todavia, os outros elementos dialogam entre si, e mantém a unidade da edificação. Apesar de tal característica ser presente em várias Casas da Misericórdia, deve-se compreender esse edifício como um espaço em que todas as atividades pudessem ser realizadas, ou seja, uma arquitetura com uma função e muitas dimensões. Pinho (2012: 188) afirma que é incorreto individualizar os espaços do edifício da Misericórdia, deve-se entendê-lo como um todo, um conjunto que apresenta relações de dependência tanto funcional como social, por isso denominá-lo Casa de Misericórdia.

Assim sendo, o que diferencia a Casa de Misericórdia de outros edifícios é o fato de aliar múltiplos usos em seu interior, sejam assistenciais, simbólicos ou administrativos. São as ligações funcionais entre os seus diversos espaços que reforçam a ideia de conjunto, o que remete a ausência de elementos que caracterizem a Casa da Misericórdia em uma tipologia edilícia conhecida. Pinho (2012: 195) diz que “nomeadamente como edifício religioso, e uma lógica de arquitectura civil na organização das volumetrias e fachadas exteriores que inclusivamente contraria esta classificação”. De tal modo que a qualifica como arquitetura assistencial, como sendo a classificação mais adequada ao edifício da Misericórdia. Pode-se, portanto, enquadrar o Hospital de Caridade na mesma tipologia de arquitetura assistencial, em razão de suas similitudes com a Casa de Misericórdia e da dificuldade de lhe atribuir qualquer outra denominação. Frei Caetano desenvolveu o Hospital para atender a uma demanda específica que observou ao chegar a Belém, e seu edifício foi construído de forma a cumprir tal função, a caritativa, em suas diversas esferas, tanto para o corpo como para a alma.

Por fim, assim como o Hospital Bom Jesus dos Pobres, as Casas de Misericórdia sofreram com a perda de seu patrimônio. Com a República portuguesa, e pelo fato das Misericórdias serem associações laicas, o Estado passou a interferir na sua administração e em sua legislação interna. Este processo teve por

consequência a não conservação de edifícios do século XVI, ocorreram mudanças de uso, abandonos, demolições, além da perda de documentações, o que contribuiu para o desaparecimento de diversas Misericórdias.

Em decorrência de mudanças nas práticas médicas, nos séculos XVIII e XIX ocorre uma adaptação de edifícios aos postulados higiênicos e sanitários, e, como consequência da evolução do cientificismo, o hospital tornou-se espaço essencialmente de cura. Neste contexto houve o desenvolvimento de novas tipologias hospitalares que seguissem os novos princípios, surgiram instituições como os asilos de mendicidade, albergues, sanatórios, dispensários, entre outros.

No Brasil, no período correspondente ao início da República, houve o investimento em novos edifícios para as Santas Casas, obedecendo as diretrizes higienistas, como ocorreu em Belém, em que a Santa Casa de Misericórdia mudou-se para um conjunto de tipologia pavilhonar. Assim sendo, a atuação das Misericórdias volta-se para o tratamento à saúde, havendo um crescimento da edificação de hospitais, tanto no Pará como em Portugal. Pinho e Grilo (2018: 175) afirmam que “a plurifuncionalidade que caracteriza a Casa de Misericórdia perde a sua relevância”, logo a arquitetura assistencial deixa de ser a predominância.

RECONSTITUIÇÃO GRÁFICA COMO FORMA DE PRESERVAR

Com base nos dados pesquisados sobre o Hospital Bom Jesus dos Pobres, e em imagens localizadas que permitem depreender sua configuração original, pode-se elaborar uma reconstituição digital da sua fachada principal e das edificações particulares contiguas, as quais compreendem seu entorno e compõe o conjunto arquitetônico da Rua Siqueira Mendes, fronteira à Praça Frei Caetano Brandão, naquela época. As deduções foram empreendidas com o intuito de recriar uma imagem que, apoiada nas fotografias de início do século XX, as quais responderam às descrições de Baena e às linhas arquitetônicas típicas do período colonial brasileiro, servisse de ancoragem a reconstituição de um passado e informasse sobre as construções que existiram onde hoje se estende uma esplanada.

Tomou-se como fundamento alguns preceitos e suposições acerca do hospital, em razão da limitação de dados e fotografias, principalmente em relação às cores, devido as imagens encontradas serem em preto e branco, não pode-se confirmar as variações cromáticas que poderiam estar presentes no hospital de caridade e nas casas adjacentes. Logo, definiu-se o branco como apropriado para representação, em razão da caiação ser uma técnica usual neste período de transição entre o Brasil colônia e o Império, assim como fez-se com as esquadrias das portas, levando-se em consideração prospecções pictóricas realizadas em edifícios coetâneos existentes no Largo da Sé, tais como o antigo Arcebispado (atual Museu de Arte Sacra), que revelaram o emprego do verde escuro nas esquadrias, portanto, aplicou-se no modelo este princípio.



Fig. 07. Reconstituição 3D do conjunto edificado (elaborada pelos autores, 2018).

Quanto à parte central da edificação, ainda não haviam sido encontradas quaisquer iconografias, dificultando sua reconstituição, sendo que o que se sabe parte de descrições e análises, sendo que o pouco que encontrou-se claramente já estava modificado, o que não possibilita o seu entendimento arquitetônico primário. Destinando a continuação desta representação para porvindouros trabalhos e descobertas.

Já foram relatadas as diversas alterações pelas quais passou o hospital, como também o restante do conjunto, principalmente a edificação central, que com as mudanças de proprietários foi demasiadamente modificada, perdendo quase que completamente suas características originais, sendo a ação do Exército intensa em adaptar essas edificações ao seu pretendido uso. Todavia, para esta restituição gráfica buscou-se representar o mais fielmente possível a originalidade do hospital de caridade e das restantes edificações, com o intuito de recuperar o que foi idealizado pelo Frei Caetano Brandão, e de trazer a personalidade do conjunto na época em que o hospital foi edificado.

Esse processo de reconstituição com o objetivo de reavivar uma memória coletiva, permitindo evocar lembranças e narrativas, também foi realizado para o Hospital Juliano Moreira do Pará. Este hospital de isolamento, destinado a doentes mentais, sofreu com o descaso do Poder Público, passando por um incêndio em 1982, e finalizando suas atividades dois anos depois. Miranda e Godinho (2018: 128) afirmam a

dificuldade de coleta de dados, utilizando fontes documentais, iconográficas e orais para sua reconstituição. Segundo as autoras (2018: 134), mesmo configurando uma “imagem superficial” do objeto de estudo, valoriza o Hospital Juliano Moreira como testemunho, além de reconhecer seus valores histórico e artístico.

Logo, o desenvolvimento desta reconstituição digital atua como uma forma de lembrar um contexto e uma época passados. Este tipo de trabalho é uma forma de preservar uma edificação que faz parte da história da cidade, e por diferentes motivos e percursos se perdeu, auxilia a salvaguardar a obra e seu testemunho histórico. O documento que discursa sobre a visualização digital do patrimônio é a Carta de Londres (2009), de modo a assegurar o rigor técnico, intelectual e metodológico das reconstituições, para permitir que a visualização contribua para o estudo, interpretação e gestão dos bens patrimoniais. A Carta afirma que a reconstituição atua como uma possibilidade de estudar as mudanças ocorridas nas edificações, ampliações, modificações, assim como auxilia na manipulação de objetos virtuais, integração em bases de dados e imediata distribuição global. O Hospital de Caridade, como já relatado, participou ativamente de momentos importantes da história da cidade, porém, foi demolido e relegado ao esquecimento, logo, reproduzi-lo, mesmo que graficamente, poderá permitir o seu reconhecimento, frente ao apagamento que sofreu, trazendo à tona essa edificação por muitos, desconhecida.



Fig. 08. Reconstituição 3D do conjunto edificado, em perspectiva (elaborada pelos autores, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa idealizada por Frei Caetano Brandão não conseguiu sobreviver, seja pelas mudanças de posse a que esteve submetida, pela necessidade de ampliação de cuidados e adaptações feitas pela Santa Casa, ou posteriormente pelo Exército. Além do que não foi dada a devida importância a esta edificação, permanecendo décadas em abandono, que culminou em sua demolição.

Esse fato traz o questionamento do valor que é atribuído a essas edificações, destinadas a saúde e a assistência. A discussão sobre este patrimônio ainda é recente no Brasil¹, dificultando a compreensão dos mesmos como bens patrimonializáveis, seja por uma visão de patrimônio monumental e elitista, por serem locais ligados ao sofrimento, ou por alguns destes bens ainda atuarem como hospitais, dificultando seu processo de tombamento. Ao analisar os hospitais, podem-se compreender os tratamentos, relações entre saúde e doença, concep-

ções higienistas e sanitárias, além de entender os espaços de vivência nas instituições.

As edificações hospitalares abrigam narrativas históricas, logo, entender esses bens como patrimônio não deve limitá-los, tornando-os inviáveis ao uso atual, mas contribuir para preservar sua memória, reconhecer sua importância, assim como cooperar para a ampliação do campo patrimonial. Portanto, o papel desta fase inicial da reconstituição gráfica do Hospital da Caridade no Largo da Sé é, por meio de sua publicação e divulgação em meio digital², informar à população da existência de uma casa de saúde em local de grande importância para a cidade, cujos vestígios foram completamente suprimidos. Assim, visa preencher com a imagem uma lacuna física que permita evocar o passado em contiguidade com o prédio do antigo Hospital Militar, atual Espaço Cultural Casa das 11 janelas.

1 A principal iniciativa de pesquisa acerca do tema constituiu a Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde - bens edificados e acervos, que se insere entre as ações prioritárias definidas no âmbito da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, criada em 2005, iniciativa coordenada pelos ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz e BIREME-OPAS. A coordenação geral da Rede Brasil esteve a cargo do Arquiteto Renato da Gama-Rosa Costa e da Historiadora Gisele Sanglard.

2 A investigação acerca do Hospital teve continuidade e resultou no artigo de autoria de Cristhian Cabral e Cybelle Miranda 'Hospital da Caridade na Belém imperial: caracterização e construção de um modelo virtual', a ser apresentado em novembro de 2020 no Seminário de Iniciação científica da Universidade Federal do Pará.

FONTES

A Constituição. Belém, 19 de maio de 1877, p. 2.

Jornal do Pará. Belém, 19 de maio de 1878, p. 1.

Jornal do Pará. Belém, 27 de julho de 1871, p. 2.

Jornal do Pará. Belém, 20 de março de 1875, p. 1.

Jornal do Pará. Belém, 21 de setembro de 1873, p. 1.

Jornal do Pará. Belém, 1 de fevereiro de 1873, p. 1.

Jornal do Pará. Belém, 7 de junho de 1873, p. 6.

O Santo Officio. Belém, 7 de maio de 1876, p. 5.

PARÁ. Relatório Provincial. Saúde Pública. Belém, 18 de março de 1889, pp. 52-57. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/172/items?terms=&page=2>. (17/12/2019).

Relatório – Santa Casa de Misericórdia. *A Constituição*. Belém, 20 de outubro de 1876, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva – “As casas de asilos da infância desvalida: o caminho das crianças abandonadas na santa casa de misericórdia do Pará (1850-1910)”. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação: inovação, tradição e escritas da história da educação no Brasil*, 2011, Vitória - Espírito Santo. Editora da UFES, 2011, v. 1. pp. 109-125.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1833].

BRITO, Eugênio Leitão de – *Minhas Memórias da Cidade Velha*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1997.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da – *Caridade e saúde pública em tempos de epidemia: Belém 1850-1890*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006. (Dissertação de Mestrado).

DENARD, Hugh (ed.) – Carta de Londres: Para a visualização computadorizada do patrimônio cultural. Londres: King's College London, 7 de fevereiro de 2009.

HENRIQUE, Márcio Couto; BELTRÃO, Jane Felipe - Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres: Histórico (2010). Disponível em <http://patrimoniarquitectonico.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/#4> (2019.16.12)

MIRANDA, Cybelle Salvador; BELTRÃO, Jane Felipe; HENRIQUE, Márcio Couto; BESSA, Brena Tavares – “Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [Impresso], 22 (2015), 525-539.

MIRANDA, Cybelle Salvador; GODINHO, Emanuella da Silva Piani – “Da Instituição Asilar ao Movimento Antimanicomial: a

reconstituição da memória do Hospital Juliano Moreira do Pará”. MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa (org.) – *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018, pp. 107-138.

MIRANDA, Cybelle Salvador; PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de – “República, Misericórdias, arquitetura e patrimônio em Portugal e no Brasil: assistência na longa duração”. FRANCO, José Eduardo et al. (ed) - *Gêmeas Imperfeitas, As Repúblicas do Brasil e de Portugal: Unidas no Ideal e Diferenciadas nas Práticas*. Florianópolis: Edições do bosque NUPPE/CFH/UFSC, 2018, pp. 675-709.

PARÁ, *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio – Casa das Onze janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém, SECULT, 2006.

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de – *As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a Arquitetura quincentista portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. (Tese de Doutorado).

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de; GRILLO, Fernando – “A Casa da Misericórdia no Contexto da Arquitetura Portuguesa da Saúde na Centúria do Oitocentos em Portugal”. MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa (org.) – *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018, pp. 161-178.

PINTO, Jefferson de Almeida – “Dom Frei Caetano Brandão (1740-1805): Historiografia, Memória e Ideias Políticas”. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh - Rio* (2016).

SERRES, Juliane Conceição Primon – “Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil: uma questão emergente”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 22 (2015), n. 4, 1411-1426.